



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0001723-78.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Documento de Origem: **CF, OF - 327/2018 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 187/2018 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **RICARDO ALEXANDRE CONSTANCIO**
 Vítima: **CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DO CARMO**

Réu Preso

Aos 15 de junho de 2018, às 16:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drº Gustavo Ferronato - Promotor de Justiça Substituto**. Presente o réu RICARDO ALEXANDRE CONSTANCIO, acompanhado de defensora, a **Drª Amanda Grazielli Cassiano Diaz – Defensora Pública**. A seguir foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu, sendo os depoimentos gravados por meio de sistema audiovisual. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **As alegações foram feitas gravadas em mídia. Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. RICARDO ALEXANDRE CONSTANCIO, qualificado a fls.09, foi denunciado como incurso no artigo 155, § 1º, do Código Penal, porque no dia 20 de fevereiro de 2018, durante a madrugada, próximo das 04h40, no velório municipal situado na Avenida São Carlos, 5000, Vila Marina, nesta cidade e comarca de São Carlos, subtraiu, para si, durante o repouso noturno, 04 (quatro) torneiras da marca Oriente, avaliadas conjuntamente em R\$160,00 (cento e sessenta reais), de propriedade do Município de São Carlos/SP. Segundo se apurou, o denunciado, visando praticar crime de furto, ingressou no endereço acima mencionado, local público. Em seguida, valendo-se da falta de vigilância, subtraiu os referidos objetos e evadiu-se, consumando o delito. Ato contínuo, os responsáveis pelo local acionaram a Guarda Municipal, de modo a fornecer as características do possível agente, o qual trajava um boné e carregava uma mochila nas costas. Diante dos fatos, os agentes públicos saíram em patrulhamento pela Rua Rotary Clube e, próximo ao cruzamento com a Avenida Professor Luiz Augusto de Oliveira, avistaram um indivíduo cujas características batiam com as informações colhidas no local do furto, de modo a decidirem pela abordagem. Em revista pessoal, foram localizadas as torneiras acima descritas no interior da mochila carregada por RICARDO ALEXANDRE CONSTANCIO. Recebida a denúncia (fls.134), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.230). Em instrução foram ouvidas a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu, havendo desistência quanto a testemunha faltante. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação. A defesa pediu a absolvição pelo princípio da insignificância e, subsidiariamente, regime aberto com restritiva de direitos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

É o Relatório. Decido. O réu é confesso. A prova oral reforça o teor da confissão. O crime foi praticado durante o repouso noturno. Observo que o réu tem antecedentes criminais (fls.168/169 e 173). Mas não é reincidente. Os objetos subtraídos possuem valor econômico. O valor não é insignificante ou irrisório. Não é caso de absolvição pelo princípio da insignificância. A conduta é típica e ofende o bem jurídico protegido. Considerando, entretanto, o pequeno valor das coisas subtraídas (R\$160,00), possível o reconhecimento do furto privilegiado. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** RICARDO ALEXANDRE CONSTANCIO como incurso no artigo 155, §1º e 2º, c.c. artigo 65, III, "d", do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, considerando os maus antecedentes de fls.168/169, que não ficam excluídos pelo prazo de cinco anos, que só se aplica à reincidência, fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão, mais 11 (onze) dias-multa, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. Pela confissão, reduzo a pena ao mínimo legal de 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa. Havendo furto privilegiado, reduzo a sanção em dois terços, perfazendo a **pena definitiva de 04 (quatro) meses de reclusão, mais 03 (três) dias-multa, no mínimo legal**. A pena privativa de liberdade deveria ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, diante dos maus antecedentes, nos termos do artigo 33, e parágrafos, do CP, considerado proporcional, necessário e suficiente para a prevenção e reprovação da conduta. Contudo, tendo já cumprido prisão desde 20.2.18 até esta data, mais de um sexto do total imposto, poderá cumprir o restante da pena no **regime aberto**, que fica fixado como definitivo, observado o artigo 387, §2º, do CPP. Não cabe sursis ou pena restritiva de direitos, em razão dos maus antecedentes (artigo 77, II, e 44, III, do CP). Diante da pena concretamente aplicada, o réu poderá apelar em liberdade. **Expeça-se alvará de soltura clausulado.** Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Réu: